

Aparência e realidade

Bertrand Russell

Há algum conhecimento tão certo que nenhum homem razoável possa dele duvidar? Esta questão, que à primeira vista parece fácil, é na realidade uma das mais difíceis que se podem fazer. Quando tivermos compreendido as dificuldades com que se defronta uma resposta clara e segura, estaremos bem lançados no estudo da filosofia — uma vez que a filosofia é apenas a tentativa de responder a estas questões fundamentais, não descuidadamente e dogmaticamente, como fazemos na vida quotidiana e mesmo nas ciências, mas criticamente, após termos explorado tudo o que torna estas questões embaraçosas e termos compreendido toda a vagueza e confusão que subjazem às nossas ideias vulgares.

Na vida quotidiana assumimos como certas muitas coisas que, se as examinarmos melhor, descobrimos serem tão contraditórias que só uma reflexão demorada permite que saibamos em que acreditar. Na busca da certeza é natural que comecemos pelas nossas experiências imediatas e, num certo sentido, sem dúvida que o conhecimento deriva delas. É, no entanto, possível que esteja errada qualquer afirmação acerca do que as nossas experiências imediatas nos permitem

conhecer. Parece-me que estou agora sentado numa cadeira, diante duma mesa com determinada forma, sobre a qual vejo folhas de papel manuscritas ou impressas. Se virar a cabeça, vejo pela janela alguns edifícios, as nuvens e o Sol. Acredito que o Sol está a cerca de cento e cinquenta milhões de quilômetros da Terra; que é um globo quente muitas vezes maior do que esta; que, devido à rotação terrestre, nasce todas as manhãs, e continuará no futuro a fazê-lo por um tempo indeterminado. Acredito que, se outra pessoa normal entrar nos meus aposentos, verá as mesmas cadeiras, as mesmas mesas, livros e papéis que eu vejo, e que a mesa que vejo é a mesma cuja pressão sinto no meu braço. Tudo isto parece ser tão evidente que nem merece a pena referi-lo, exceto em resposta a quem duvide de que conheço alguma coisa. Apesar disso, tudo o que afirmei pode ser submetido a uma dúvida razoável e exige uma discussão cuidadosa antes que possamos estar absolutamente certos da sua verdade.

Para tornar óbvias estas dificuldades, concentremos a nossa atenção na mesa. Para a vista a mesa é oval, castanha e brilhante, enquanto para o tacto é lisa, fria e dura e, quando se lhe bate, emite um som a madeira. Qualquer pessoa que a veja, sinta e ouça estará de acordo com esta descrição e, por conseguinte, poderá parecer que não existe aqui a mais pequena dificuldade; no entanto, assim que tentemos ser mais precisos, os nossos problemas começarão. Embora eu acredite que toda a mesa é “realmente” da mesma cor, as partes que refletem a luz parecem mais brilhantes que as outras e algumas, devido à luz refletida, chegam a parecer brancas. Sei que se me mover, as partes

que refletirão a luz não serão as mesmas e que a distribuição aparente das cores na mesa mudará. Por conseguinte, se várias pessoas estiverem a olhar para a mesma mesa no mesmo momento, nenhuma delas verá exatamente a mesma distribuição de cores, porque nenhuma delas a poderá ver exatamente do mesmo ponto de vista e, qualquer mudança de ponto de vista, provoca mudanças na forma como a luz é refletida.

Para a maior parte das nossas finalidades práticas estas diferenças não são importantes, embora o sejam para o pintor. O pintor tem de perder o hábito de pensar que as coisas parecem ter a cor que o senso comum diz que “realmente” têm e aprender a ver as coisas como aparecem. Eis aqui a origem duma das distinções que mais dificuldades causa em filosofia: a distinção entre “aparência” e “realidade”, entre o que as coisas parecem ser e o que são. O pintor quer saber o que as coisas parecem ser, enquanto o homem prático e o filósofo desejam saber o que são. Contudo, o desejo do filósofo por este saber é mais forte que o do homem prático e igualmente mais afetado pelo conhecimento das dificuldades em responder à questão.

Voltemos à mesa. O que vimos torna claro que não existe nenhuma cor que apareça distintamente como sendo a cor da mesa, ou mesmo de uma qualquer parte da mesa. De pontos de vista diferentes a mesa parece ser de cores diferentes e não há qualquer razão para que consideremos uma delas como sendo realmente a sua cor. Sabemos também que mesmo dum dado ponto de vista, sob luz artificial, para

uma pessoa daltônica, ou para uma pessoa que use óculos com lentes azuis, a cor parecerá diferente, enquanto no escuro não existirá de todo cor, embora a mesa se mantenha imutável ao tacto ou à audição. A cor, portanto, não é inerente à mesa, mas depende dela, do observador e da forma como a luz nela incide. Na vida quotidiana, quando falamos da cor da mesa, aludimos apenas à cor que parecerá ter a um observador normal, dum ponto de vista habitual e em condições de luz vulgares. No entanto, as cores que aparecem sob outras condições têm idêntico direito a serem consideradas reais e, por conseguinte, para evitar qualquer favoritismo, somos levados a negar que, em si mesma, a mesa tenha uma qualquer cor em particular.

O mesmo se passa com a textura da mesa. Podemos ver a olho nu os veios da madeira, mas com exceção disso, a mesa parece lisa e uniforme. Contudo, se a observássemos por intermédio de um microscópio veríamos rugosidades, altos e baixos, e todo o gênero de irregularidades imperceptíveis a olho nu. Qual destas é a mesa “real”? Temos, como é natural, a tentação de dizer que o que vemos através do microscópio é mais real, mas isso, por sua vez, seria alterado por um microscópio ainda mais poderoso. Se, portanto, não podemos confiar no que vemos a olho nu, porque deveremos confiar no que vemos por intermédio de um microscópio? Deste modo, uma vez mais abandonamos a confiança que tínhamos nos sentidos ao começar.

Não estamos em melhor situação no que respeita à *forma* da mesa. Temos todos o hábito de fazer juízos acerca das formas “reais” das

coisas, e fazemo-los de forma tão irrefletida, que acabamos por pensar que vemos efetivamente as formas reais. Mas, de fato, como teremos todos de aprender se a tentarmos desenhar, uma mesma coisa parecer, de pontos de vista diferentes, formas diferentes. Se a nossa mesa é “realmente” retangular, irá parecer, de quase todos os pontos de vista, como se tivesse dois ângulos agudos e dois ângulos obtusos. Se os lados opostos são paralelos, irão parecer convergir num ponto afastado do observador; se são de extensão idêntica, o lado mais próximo irá parecer maior. Geralmente não nos apercebemos destas coisas quando olhamos para uma mesa porque a experiência ensinou-nos a construir a forma “real” a partir da forma aparente e, como homens práticos, o que nos interessa é a forma “real”. Mas a forma “real” não é o que vemos, é algo inferido do que vemos. E o que vemos, à medida que nos movemos na sala, muda constantemente de forma, pelo que, uma vez mais, parece que os sentidos não nos mostram a verdade sobre a própria mesa, mas apenas sobre a aparência da mesa.

Deparamo-nos com dificuldades análogas quando examinamos o sentido do tato. Não há dúvida que a mesa produz sempre em nós uma sensação de dureza e que sentimos a sua resistência à pressão. No entanto, a sensação que temos depende da força e da parte do corpo com que pressionamos a mesa. Não se pode supor, portanto, que as sensações diferentes que resultam das pressões diferentes ou das partes do corpo diferentes, revelem *diretamente* uma propriedade específica da mesa, mas que, na melhor das hipóteses, sejam *sinais* de alguma propriedade que talvez *cause* todas as sensações, embora não

apareça efetivamente em nenhuma delas. E o mesmo se aplica de forma ainda mais óbvia aos sons produzidos percutindo a mesa.

Torna-se desta forma evidente que a mesa real, se existe, não é idêntica à de que temos experiência imediata pela visão, pelo tato ou pela audição. Da mesa real, se existe, não temos qualquer conhecimento *imediato*, embora deva ser obtida por inferência a partir daquilo de que temos conhecimento imediato. Isto dá origem simultaneamente a duas questões bastante difíceis, a saber: 1) Existe uma mesa real? 2) Se sim, que espécie de objeto pode ser?

A posse de alguns termos simples, cujo significado seja definido e claro, ajudar-nos-á a examinar estas questões. Chamaremos “dados dos sentidos” às coisas de que temos conhecimento imediato na sensação: coisas como cores, sons, cheiros, durezas, rugosidades, etc. Chamaremos “sensação” à experiência de ter imediatamente consciência destas coisas. Assim, sempre que vemos uma cor, temos uma sensação *da* cor, mas a própria cor é um dado dos sentidos, não uma sensação. A cor é aquilo *de* que estamos imediatamente conscientes, e a própria consciência é a sensação. É evidente que se viermos a saber algo acerca da mesa, deve ser por intermédio dos dados dos sentidos — a cor castanha, a forma oval, a lisura, etc. — que associamos com a mesa; mas pelas razões já expostas, não podemos dizer que a mesa é os dados dos sentidos, ou mesmo que os dados dos sentidos são propriedades diretas da mesa. Surge deste modo o problema da relação entre os dados dos sentidos e a mesa real,

supondo que existe uma tal coisa.

Chamaremos à mesa real, se existe, “objeto físico”. Por conseguinte, temos de examinar a relação entre os dados dos sentidos e os objetos físicos. À coleção de todos os objetos físicos chama-se “matéria”. Assim, as nossas duas questões podem ser reafirmadas da seguinte forma: 1) Existe matéria? 2) Se sim, qual é a sua natureza?

O Bispo Berkeley (1685-1753) foi o primeiro filósofo a dar destaque às razões para que neguemos a existência independentemente dos objetos imediatos dos nossos sentidos. A sua obra *Três Diálogos entre Hylas e Philonous, em Oposição aos Cépticos e Ateus* procura provar que não existe matéria e que o mundo é constituído apenas pelas mentes e as suas ideias. Hylas tinha até esse momento acreditado na matéria, mas não é adversário para Philonous, que o leva inexoravelmente a cair em contradições e paradoxos, e faz a negação da matéria parecer, no fim, quase senso comum. Os argumentos usados são de valor muito desigual: alguns são importantes e corretos; outros são confusos ou cavilosos. Mas Berkeley possui o mérito de ter mostrado que se pode negar sem absurdo a existência da matéria, e que, se há coisas que existem independentemente de nós, não podem ser os objetos imediatos das nossas sensações.

O problema da existência da matéria envolve duas questões diferentes que é importante distinguir com clareza. Normalmente entendemos por “matéria” algo oposto a “mente”, algo que ocupa espaço e é completamente incapaz de qualquer espécie de pensamento ou

consciência. É principalmente neste sentido que Berkeley nega a matéria; isto é, ele não nega que os dados dos sentidos que normalmente consideramos como sinais da existência da mesa sejam realmente sinais da existência de *algo* independente de nós, mas nega que este algo seja não mental, que não seja a mente ou as ideias concebidas por uma mente. Ele admite que deve haver algo que continue a existir quando abandonamos o aposento ou fechamos os olhos, e que aquilo a que chamamos ver a mesa nos dá razões para crermos em algo que persiste mesmo quando não o estamos a ver. Mas pensa que este algo não pode ter uma natureza radicalmente diferente daquilo que vemos, e que não pode ser completamente independente da visão, embora deva ser independente da *nostra* visão. É assim levado a olhar a mesa “real” como uma ideia na mente de Deus. Esta ideia tem a permanência e a independência em relação a nós exigidas, sem ser — como de outro modo a matéria seria — algo totalmente incognoscível, no sentido em que a podemos apenas inferir mas nunca podemos ter diretamente e imediatamente consciência dela.

Houve outros filósofos depois de Berkeley a afirmar também que, embora a existência da mesa não dependa dela ser vista por mim, depende de ser vista (ou de algum modo apreendida na sensação) por *uma* mente — não necessariamente a mente de Deus, mas com maior frequência a mente coletiva do universo. Como Berkeley, defendem esta posição principalmente porque pensam que não pode existir nada real — ou, em todo o caso, nada que se saiba sê-lo — exceto as mentes com os seus pensamentos e sentimentos. Podemos formular o

argumento com que sustentam a sua posição mais ou menos assim: “Tudo o que pode ser pensado é uma ideia na mente da pessoa que a pensa; portanto, só ideias nas mentes podem ser pensadas; portanto, qualquer outra coisa é inconcebível, e o que é inconcebível não pode existir.”

Em minha opinião este argumento é falacioso; e, obviamente, aqueles que o empregam não o expressam de forma tão concisa ou grosseira. Mas válido ou não, o argumento com uma ou outra forma tem sido amplamente usado, e muitos filósofos, talvez a maioria, sustentaram que só as mentes e as suas ideias são reais. A estes filósofos chama-se “idealistas”. Quando explicam a matéria, ou dizem, como Berkeley, que a matéria é de fato apenas uma coleção de ideias, ou dizem, como Leibniz (1646-1716), que o que aparece como matéria é de fato uma coleção de mentes mais ou menos rudimentares.

Mas estes filósofos, embora neguem a matéria enquanto oposta à mente, admitem-na, contudo, noutra sentido. Recordemos as duas questões que fizemos: 1) Existe uma mesa real? 2) Se sim, que espécie de objeto pode ser? Ora, tanto Berkeley como Leibniz admitem que existe uma mesa real, mas Berkeley diz que ela consiste em certas ideias na mente de Deus e Leibniz diz que é uma colônia de almas. Portanto, ambos respondem pela afirmativa à primeira questão e divergem da visão das pessoas comuns apenas na resposta à segunda. Na verdade, quase todos os filósofos parecem concordar com a existência de uma mesa real; quase todos concordam que, por muito

que os nossos dados dos sentidos — a cor, a forma, a lisura, etc. — possam depender de nós, a sua ocorrência é, todavia, um sinal de algo que existe independentemente de nós, algo que talvez difira completamente dos nossos dados dos sentidos e, apesar de tudo, seja olhado como a causa desses dados dos sentidos sempre que estamos numa relação apropriada com a mesa real.

Obviamente, este ponto em que os filósofos concordam — a posição de que *existe* uma mesa real, qualquer que seja a sua natureza — é de importância vital, e vale a pena examinar que razões temos para aceitar esta posição antes de abordarmos a questão da natureza da mesa real. Por este motivo, o próximo capítulo tratará das razões para supormos que existe uma mesa real.

Antes de avançarmos será bom que examinemos brevemente o que descobrimos até agora. Vimos que, se investigarmos um objeto vulgar, do gênero que os sentidos conhecem, o que os sentidos *imediatamente* nos dizem não é a verdade acerca do objeto em si mesmo, mas apenas a verdade acerca de determinados dados dos sentidos que, tanto quanto podemos ver, dependem das relações entre nós e o objeto. Por consequência, o que vemos e sentimos diretamente é apenas uma “aparência”, que acreditamos ser o sinal de uma “realidade” escondida. Mas, se a realidade não é o que aparece, temos maneira de saber se existe uma realidade? E, se sim, temos maneira de descobrir a que é que se assemelha?

Estas questões são desconcertantes e é difícil provar que não são

verdadeiras mesmo as hipóteses mais estranhas. Assim, a mesa, que até agora só provocou em nós pensamentos triviais, tornou-se num problema com muitas e surpreendentes possibilidades. A única coisa que sabemos a seu respeito é que não é o que parece. Até agora, além deste modesto resultado, temos toda a liberdade para conjeturar. Leibniz diz-nos que é uma comunidade de almas; Berkeley uma ideia na mente de Deus; a ciência, não menos maravilhosa, uma vasta coleção de cargas elétricas dotadas de movimento violento.

No meio destas possibilidades surpreendentes, a dúvida sugere que talvez não exista nenhuma mesa. Embora a filosofia não possa *responder* a tantas questões quanto desejaríamos, pode *colocar* questões que tornam o mundo mais interessante e mostram o estranho e maravilhoso que existe mesmo nas coisas mais vulgares da vida quotidiana.

autor: Bertrand Russell

tradução: Álvaro Nunes